

FRANÇOISE GADET
TONY HAK
(Orgs.)

POR UMA ANÁLISE AUTOMÁTICA
DO DISCURSO
Uma Introdução à obra de Michel Pêcheux

Tradutores:

Bethania S. Mariani, Eni Putcinelli Orlandi
Jonas de A. Romualdo, Lourenço Chacon I. Filho
Manceol Gonçalves, Maria Augusta B. de Matos
Péricles Cunha, Silvana M. Serrani
Suzy Lagazzi

EDITORA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
UNICAMP

Reitor: Carlos Vogt

Conselho Editorial: Acácio Pereira Chagas, Alfredo
Miguel Ozorio de Almeida, Atílio José Girola,
Yara Frateschi Vieira (*Presidente*), Eduardo
Guimarães, Hermógenes de Freitas Leitão Filho,
Jayme Antunes Maciel Júnior, Luiz Cesar
Marques Filho, Ubiratan D'Ambrósio.
Diretor Executivo: Eduardo Guimarães



MOUNIN: *Les problèmes théoriques de la traduction*, 1963, p. 114 – p.7.

SAUSSURE: CLG, 1915, 3ème édition 1962, p.2, pp.8-9, p.9, p.11, p.13.

Edição em português:

Curso de lingüística geral. 13ª ed. Org. por Ch.Bally e A.Sechehayé, com a colaboração de A.Reidlinger. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Bilikstein. São Paulo, Cultrix, 1987.

TODOROV: 1966 – p.28.

III ANÁLISE AUTOMÁTICA DO DISCURSO (AAD-69)

Michel Pecheux

PARTE I

ANÁLISE DE CONTEÚDO E TEORIA DO DISCURSO

I. Lingüística e análise de texto: suas relações de vizinhança

Situação 1: língua

Até os recentes desenvolvimentos da ciência lingüística, cuja origem pode ser marcada com o *Curso de Lingüística Geral*, estudar uma língua era, na maior parte das vezes, estudar *textos*, e colocar a seu respeito questões de natureza variada provenientes, ao mesmo tempo, da prática escolar que ainda é chamada de compreensão de texto,¹ e da atividade do *gramático* sob modalidades normativas ou descritivas; perguntávamos ao mesmo tempo: "De que fala este texto?", "Quais são as 'idéias' principais contidas neste texto?" e "Este texto está em conformidade com as normas da língua na qual ele se apresenta?", ou então "Quais são as normas próprias a este texto?". Todas essas questões eram colocadas simultaneamente porque remetiam umas às outras: mais precisamente, as questões concernentes aos usos semânticos e sintáticos colocados em evidência pelo texto ajudavam a responder às questões que diziam respeito ao sentido do texto (o que o autor "quis dizer"). Em outros termos, a ciência clássica da linguagem pretendia ser ao mesmo tempo *ciência da expressão* e *ciência dos meios desta expressão*, e o estudo gramatical e semântico era um meio a serviço de um fim, a saber, a compreensão do texto, da mesma forma que, no próprio

texto, os "meios de expressão" estavam a serviço do fim visado pelo produtor do texto (a saber: fazer-se compreender).

Nessas condições, se o homem entende seu semelhante é porque eles são um e outro, em algum grau, "gramáticos", enquanto que o especialista da linguagem só pode fazer ciência porque, já de início, ele é, como qualquer homem, apto a se exprimir.

Ora, o deslocamento conceptual introduzido por Saussure consiste precisamente em separar essa homogeneidade cômplíce entre a prática e a teoria da linguagem: a partir do momento em que a língua deve ser pensada como um sistema, deixa de ser compreendida como tendo a função de exprimir sentido; ela torna-se um objeto do qual uma ciência pode descrever o funcionamento (retomando a metáfora do jogo de xadrez utilizada por Saussure para pensar o objeto da linguística, diremos que não se deve procurar o que cada parte significa, mas quais são as regras que tornam possível qualquer parte, quer se realize ou não).

A consequência desse deslocamento é, como se sabe, a seguinte: o "texto", de modo algum, pode ser o objeto pertinente para a ciência linguística pois ele não funciona: o que funciona é a língua, isto é, um conjunto de sistemas que autorizam combinações e substituições reguladas por elementos definidos, cujos mecanismos colocados em causa são de dimensão inferior ao texto: a língua, como objeto de ciência, se opõe à fala, como resíduo não-científico da análise. "Com o separar a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: 1º, o que é social do que é individual; 2º, o que é essencial do que é acessório e mais ou menos acidental" (Saussure, 1915, 13ª ed., 1987, p. 22).

Assim, o estudo da linguagem, que havia de início almejado o estatuto de ciência da expressão e de seus meios, pretendendo tratar de fenômenos de grande dimensão, se curvou à posição que é ainda hoje o lugar da linguística. Mas, como é de regra na história da ciência, a inclinação pela qual a linguística constituiu sua cientificidade, deixou a descoberto o terreno que ela estava abandonando, e a questão que a linguística teve que deixar de responder continua a se colocar, motivada por interesses a um só tempo teóricos e práticos:

- "O que quer dizer este texto?"
- "Que significação contém este texto?"
- "Em que o sentido deste texto difere daquele de tal outro texto?"

São essas as diferentes formas da mesma questão, à qual várias respostas foram fornecidas pelo que chamamos análise de conteúdo e, às vezes também, análise de texto.

Propomo-nos examinar diferentes tipos de resposta que podemos discernir nas práticas atuais de análise: a maneira pela qual o terreno deixado livre pela linguística é abordado em cada caso será o meio de nossa classificação.

A) Os métodos não-linguísticos

Em primeiro lugar, existem métodos de análise que, em aparência, não têm relação com a linguística: apareceram primeiro e seu desenvolvimento se deu mais ou menos ao mesmo tempo em que o deslocamento acima descrito se operava, o que explica que eles o tenham ignorado, por falta de recuo. Esses métodos se dão, pois, a tarefa de responder à questão sob uma forma, por assim dizer, "pré-saussuriana": colocam-se fora da linguística atual, o que não quer dizer que não se baseiam em conceitos de origem linguística - simplesmente, esses conceitos estão defasados em relação à teoria linguística atual.

1. O método de dedução frequencial

Designamos assim o processo que consiste em recensear o número de ocorrências de um mesmo signo linguístico (palavra ou letra, mais frequentemente) no interior de uma sequência de dimensão fixada, e em definir uma frequência que pode ser comparada com outras, o que fornece um teste de comparabili-

dade entre vários itens da mesma seqüência, ou entre várias seqüências paralelas para o mesmo item. A grande vantagem deste método foi desenvolver instrumentos estatísticos adequados ao tratamento da informação (a relação coluna/freqüência² é o mais importante dos resultados assim obtidos).

A relação com o domínio lingüístico é aqui reduzida ao mínimo: podemos dizer que o único conceito de origem lingüística é o da biunivocidade da relação significante-significado, o que autoriza notar a presença do mesmo conteúdo de pensamento a cada vez que o mesmo signo aparece. Mas este conceito pertence a um campo teórico pré-saussuriano, já que a lingüística atual se baseia em grande parte sobre a idéia de que um termo só tem sentido em uma *língua* porque ele tem vários sentidos, o que significa negar que a relação entre significante e significado seja biunívoca.

Uma maneira diferente de formular, em definitivo, a mesma crítica consiste em observar que, mesmo que se multiplicassem as deduções freqüenciais, nem mesmo assim se daria conta da organização do texto, das redes de relações entre seus elementos: tudo se passa como se a superfície do texto fosse uma população na qual pudessem ser efetuados, assim, recenseamentos diferenciais; obtém-se uma descrição da população, tão fina quanto se deseje, mas os efeitos de sentido que constituem o conteúdo do texto são negligenciados: paga-se a objetividade da informação recolhida pela dificuldade de fazer dela o uso que se previra. 3 [1]*

2. A análise por categorias temáticas

O método que acabamos de descrever se situa em um nível infra-lingüístico: na medida em que se dá por objeto uma espécie de *demografia* dos textos, ele visa não o funcionamento de um sistema de elementos mas a pura existência de tal ou tal material lingüístico, o que presta incontestáveis serviços à teoria

* As notas entre colchetes encontram-se no final do capítulo.

lingüística mas não responde à questão do sentido contido no texto, nem à da diferença de sentido entre um texto e outro.

A análise de conteúdo clássica^[2] - tal como é, por exemplo, descrita por D.P. Cartwright (in Festinger e Katz, trad. francesa, p. 481) - tenta, ao contrário, trazer uma resposta a essa questão: o que é visada no texto é justamente uma série de *significações* que o codificador detecta por meio dos *indicadores* que lhes estão ligados; em outros termos, a relação funcional expressa da significação/meios desta expressão retoma aqui toda sua importância. Assim, a análise se situa, desta vez, em um nível *supralingüístico*, pois o que está em questão é o acesso ao *sentido* de um segmento do texto, atravessando-se sua estrutura lingüística; codificar ou caracterizar um segmento é colocá-lo em uma das classes de equivalência definidas, a partir das significações, pelo quadro da análise, em função do *juízo* do *codificador*, sobre a presença ou ausência, ou sobre a intensidade da apresentação do predicado considerado.

O julgamento se estabelece, pois, com base em *indicadores* cuja pertinência lingüística não está fixada (palavra, frase, "tema"...), o que exige qualidades psicológicas complementares como a fineza, a sensibilidade, a flexibilidade, por parte do codificador para apreender o que importa, e apenas isto (Festinger e Katz, trad. francesa, 1963, p. 529). Significa dizer ao mesmo tempo que este método supõe fundamentalmente uma *aculturação dos codificadores*, uma *aprendizagem da leitura*.^[3] Deixado de lado o problema da fidelidade intercódificadores, cuja importância conhecemos, vamos designar o ponto que aqui nos parece essencial: nesta perspectiva, a análise não pode ser uma seqüência de operações objetivas com resultado unívoco (e um codificador que quisesse simular esta objetividade não faria senão um trabalho rotineiro e mecânico sem validade analítica); entretanto, "para que a codificação seja a obra de uma equipe de codificadores, é necessário que todos eles apliquem as mesmas definições e o mesmo sistema de referência ao curso de suas operações" (ibid., p. 530), é preciso supor a existência de um consenso explícito ou implícito⁴ entre os codificadores sobre as modalidades de suas leituras: em outros termos, um texto só é analisável no interior do sistema comum de valores que um *sentido tem para os codificadores e constitui seu modo de leitura*.

ra; ora, o método impõe, com a relação expressão/meios de expressão, as conseqüências desta relação, a saber, o encavalamento entre a função teórica do analista e a função prática do locutor (cf. p.62). O níscó-límite é pois o de que a análise assim concebida reproduza em seus resultados a grade de leitura que a torna possível (qualquer que seja, aliás, o grau de probidade, de sensibilidade e de fidelidade dos codificadores) por um fenômeno de participação em reflexo entre o objeto e o método que se dá como tarefa apreender esse objeto.⁵

B) Os métodos para-lingüísticos

Ao lado dos métodos descritos, que são não-lingüísticos na medida em que evitam o nível específico do signo, e que derivam de metodologias psicológicas ou sociológicas, existem outros, de aptidão mais recente, que, ao contrário, se referem abertamente à lingüística moderna⁶ e dão outra resposta à questão do sentido contido num texto. Ora, há aqui um paradoxo, cuja razão é preciso explicar: com efeito, de que modo disciplinas como a etnologia, a crítica literária ou o estudo dos sistemas de signos próprios às civilizações ditas "de massa" podem fazer apelo à lingüística para responder a uma questão que se coloca precisamente sobre o terreno que a lingüística abandonou ao se constituir?

Eis a solução que propomos com respeito ao paradoxo enunciado: as diferentes disciplinas enumeradas reconhecem o fato teórico fundamental que marca o nascimento da ciência lingüística, a saber, a passagem da função ao funcionamento; além do mais, elas decifram este acontecimento não como um fechamento, que tornaria impossível certas questões, mas como o signo de uma possibilidade nova oferecida a elas, a saber, a possibilidade de efetuar uma segunda vez o mesmo deslocamento (da função ao funcionamento) mas desta vez no nível do texto. Em outros termos, uma vez que existem sistemas sintáticos, faz-se a hipótese de que existam do mesmo modo sistemas míficos, sistemas literários etc., ou seja, que os textos, como a língua, funcionem; a homogeneidade epistemológica que se supõe entre

os fatos da língua e os fenômenos da dimensão do texto, garantem, assim, o emprego dos mesmos instrumentos conceituais; por exemplo, a relação paradigma-sintagma será estendida aos diferentes níveis de funcionamento, logo da análise: visa-se o ideal da análise lingüística transportando o instrumento lingüístico.^[4] Pode-se, no entanto, dizer que isto foi atingido? Aqui se manifesta a resistência própria ao nível e à dimensão do objeto: a disjunção entre a teoria da língua e a prática do locutor parece um adquirido, mas aquela entre a teoria do mito e a prática do mito é ainda problemática. Pode-se mesmo perguntar se ela é possível, quando se lê o que escreve um especialista — e não dos menores — a propósito disto:

'Não há um fim verdadeiro para a análise mítica, nenhuma unidade secreta que se possa apreender ao fim do trabalho de decomposição. Os temas se desdobram ao infinito... conseqüentemente, a unidade do mito não é senão tendencial e projetiva; ela não reflete jamais um estado ou momento do mito... Como os ritos, os mitos são in-termináveis. E, ao querer iniciar o movimento espontâneo do pensamento mítico, nossa empresa, ela também breve demais e muito longa, leve de se curvar a suas exigências e respeitar seu ritmo. Assim, o livro sobre os mitos é, a seu modo, um mito.' (Lévi-Strauss, 1964, p.13).

Parece que se encontramos aqui "a harmonia preestabelecida" entre o *produtor do mito* e seu *analista*, que já nos aparecerá (cf. p. 62) entre o *homem que fala* e o *gramático*; quer dizer que o "funcionamento" do texto está muito próximo ainda de sua função e, logo, que o deslocamento ainda não se deu.

É preciso tirar todas as conseqüências do fato de que aquilo que é analisado não existe em geral pelo desejo do analista, e o esclarecimento deste ponto parece ser uma das condições de existência de uma prática semiológica científica.⁷ As dificuldades metodológicas relativas à constituição do *corpus* encontram aqui sua origem; se, com efeito, o objeto da análise não está conceitualmente definido como o elemento de um processo do qual é preciso construir a estrutura, este objeto permanece

como objeto de desejo, o que implica duas conseqüências: a primeira é a de que a constituição do objeto depende daquilo que, no espírito do analista, o leva a colocá-lo; a segunda é a de que o analista finge encontrá-lo como um dado natural, o que o livra de sua responsabilidade.

O problema diz respeito, pois, antes de tudo, ao modo de acesso ao objeto, e é em torno desse ponto que se articulam as orientações conceituais que nós apresentaremos aqui (cf. p. 78-9).

Explicamo-nos por um contra-exemplo: acabamos de mostrar que face ao mito o analista não dispõe de norma que permita definir o que pertence ou não ao *corpus*: ora, em presença de um texto jurídico ou científico, esta dificuldade não parece se colocar, na medida em que existe, nesse caso, uma instituição (científica, jurídica etc.) à qual podem-se referir os textos. Podemos, pois, estabelecer a diferença entre análise documental, efetuada no interior de uma referência institucional com fins que respondem em geral aos da instituição, e a análise que chamaremos "não-institucional", tal como acabamos de evocar a propósito do mito⁵¹: a convergência metodológica pela qual certos dispositivos de documentação automática se encontram aplicados na análise "não-institucional" pode, pois, suscitar algum estranhamento. Com efeito, a análise documental supõe fundamentalmente que as *classes de equivalência* sejam definidas, *a priori*, pela própria norma institucional; ao falar das modalidades de memorização da informação necessária à análise de um documento, J.C. Gardin escreve:

"Qualquer que seja o partido adotado, o que fica é que devemos estabelecer antes as relações em questão, isto é, constituir de uma maneira ou de outra uma 'classificação' na qual o lugar de cada palavra-chave reflita as relações semânticas que entretêm com outros termos (exemplo: 'lobo temporal', parte do 'velocípedo') ou grupo de termos (exemplo: 'ataxia', espécie particular de 'perturbação do comportamento motor')" (Gardin, 1964, p. 42).

Daí compreende-se, pois, a importância do pré-requisito indispensável a qualquer análise, enunciado claramente por G. Mounin:

"(o analista) constitui, para cada espécie de objetos, o código de símbolos que marcam a presença ou ausência de todos os traços distintivos do tipo de objeto a ser descrito e classificado. A codificação é, pois, precedida de uma análise tecnológica destinada a estabelecer o recenseamento de todos os traços distintivos necessários à descrição de objetos desse tipo, isto é, o quadro exaustivo do qual constará a definição de cada objeto" (Mounin, 1963, p. 114). [6]

É, pois, porque já existe um discurso *institucionalmente* garantido sobre o objeto que o analista pode racionalizar o sistema de traços semânticos que caracterizam este objeto: o sistema de análise terá portanto a idade teórica (o nível de desenvolvimento) da instituição que é sua norma, e permitirá definir a posição de um conteúdo particular em relação a esta norma: os trabalhos de W. Ackermann (1966), por exemplo, colocam em evidência a possibilidade de medir a adequação progressiva de um grupo de objetos às normas científicas que lhes são impostas através de uma instituição de ensino.

Ao termo desta análise, várias questões se colocam e nós as formularemos do seguinte modo:

1. Se se considera como adquirido o fato de que toda ciência que trata do signo só pode se constituir pelo abandono do terreno da *função* de expressão e de sentido para se situar no do *funcionamento*, que tipo de funcionamento se pode designar para o objeto que aqui se encontra em questão?
2. Em que o conceito de instituição importa para a construção do conceito deste objeto?
3. Se entendemos por *texto* qualquer objeto linguístico organizado submetido à análise, poder-se-ia conservar este conceito para designar o objeto de uma prática analítica que levasse em conta as respostas às duas questões precedentes?

II. Orientações conceituais para uma teoria do discurso

- A) *Conseqüências teóricas induzidas por certos conceitos saussurianos*

X
função
verbal

No *Curso de Linguística Geral*, no capítulo III, encontramos duas formas de definição do conceito de língua.

— A primeira forma consiste em enunciar as propriedades do objeto definido:

“A língua... é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que por si só não pode nem criá-la nem modificá-la”.

— A segunda forma de definição consiste em definir o objeto pela sua relação com outros objetos situados no mesmo plano:

“... a língua é uma instituição social; mas se distinguue, por vários traços, das outras instituições políticas, jurídicas etc. Para compreender sua natureza especial, uma nova ordem de fatos precisa intervir. A língua é um sistema de signos que exprimem ideias, e por isto comparável à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc. Ela é somente o mais importante desses sistemas. Pode-se pois conceber uma ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social; ela formaria uma parte da psicologia social e consequentemente da psicologia geral; nós a nomearemos semiologia” (Saussure, ibid., p. 33).

Por meio desta definição, Saussure opera uma dupla divisão: opõe um sistema semiológico (“o mais importante”: a língua) ao conjunto de todos os sistemas semiológicos que são pensados como tendo um estatuto científico potencialmente equivalente, e entra no campo da teoria regional do significado.^[7] Mas há uma outra oposição que é evocada por Saussure por meio do termo *instituição*: ela lhe permite separar os sistemas institucionais jurídicos, político etc. da série dos sistemas institucionais semiológicos, e excluí-los pura e simplesmente do campo da teoria regional em questão.

Assim, a língua é pensada por Saussure como um objeto científico homogêneo (pertencente à região do “semiológico”), cuja especificidade se estabelece sobre duas exclusões teóricas:

— a exclusão da fala no inacessível da ciência linguística;
— a exclusão das instituições “não-semiológicas” para fora da zona de pertinência da ciência linguística.

Elucidemos agora as consequências que resultam das duas definições apresentadas.

1. As implicações da oposição saussuriana entre língua e fala

Esta oposição pertence à tradição linguística pós-saussuriana:

“Entre os dois termos, a língua e a fala, a primeira é total. A fala é um ato, logo uma manifestação atualizada da faculdade da linguagem. Ela pressupõe um contexto, uma situação concreta e determinada. A língua, ao contrário, é um sistema virtual que só se atualiza na e pela fala. Não é menos verdade que os dois princípios são interdependentes: a língua não é senão o resíduo de inumeráveis atos de fala, enquanto que estes são apenas a aplicação, a utilização dos meios de expressão⁸ fornecidos pela língua. Decorre daí que a fala é um ato ou uma atividade individual que se opõe claramente ao caráter social da língua” (Ullmann, 1952, p.16).

Este texto põe às claras as consequências da operação de exclusão efetuada por Saussure: mesmo que explicitamente ele não o tenha desejado, é um fato que esta oposição autoriza a reaparição triunfal do sujeito falante como *subjetividade em ato*, unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios colocados a sua disposição; em outros termos, tudo se passa como se a linguística científica (tendo por objeto a língua) iberasse um resíduo, que é o conceito filosófico de sujeito livre, pensado como o avesso indispensável, o correlato necessário do sistema. A fala, enquanto uso da língua, aparece como um *caminho da liberdade humana*; avançar no caminho estranho que conduz dos fo-

nemas ao discurso é passar *gradatim* da necessidade do sistema à contingência da liberdade, como o sugere este texto de Jakobson, que, é verdade, muitas outras indicações vão corrigir:

“Assim, existe na combinação das unidades lingüísticas uma escala ascendente de liberdade. Na combinação dos treços distintos em fonemas, a liberdade do locutor individual é nula; o código já estabelecido todas as possibilidades que podem ser utilizadas na língua em questão. A liberdade de combinar os fonemas em palavras é circunscrita, é limitada à situação marginal da criação de palavras. Na formação das frases a partir de palavras, a coerção que o locutor sofre é menor. Enfim, na combinação das frases em enunciados, a ação das regras coercitivas da sintaxe pára e a liberdade de todo locutor particular aumenta substancialmente, ainda que seja preciso não subestimar o número dos enunciados estereotipados” (Jakobson, 1963, p.47).

Na medida, pois, em que a língua se define pelo conjunto das regras *universalmente presentes* na “comunidade” lingüística, concebe-se que os mecanismos que a caracterizam tenham sido antes procurados no nível das combinações e substituições elementares (fora das quais toda palavra é impossível porque esses são os seus meios indispensáveis) embaixo da escala, em um nível, em qualquer hipótese, inferior à frase. Ora, os desenvolvimentos recentes de certas pesquisas lingüísticas (e, antes de tudo, o aparecimento das gramáticas gerativas) parecem estender esse limite e tendem a constituir uma *teoria lingüística da frase*, sem, no entanto, sair do sistema da língua: enquanto que Saussure pensava que a língua nada cria, o funcionamento de uma gramática gerativa coloca em evidência uma *forma de criatividade não-subjetiva no próprio interior da língua*.

Seria o caso de se pensar que a ciência lingüística vai assim progressivamente estender seu empreendimento e chegar a dar conta de toda a “escala” utilizando instrumentos combinatórios cada vez mais potentes?

Parece que há aqui uma dificuldade fundamental, presa à natureza do horizonte teórico da lingüística, mesmo em suas

formas atuais: pode-se enunciá-la dizendo que não é certo que o objeto teórico que permite pensar a *linguagem* seja uno e homogêneo, mas que talvez a conceptualização dos fenômenos que pertencem ao “alto da escala” necessite de um deslocamento da perspectiva teórica, uma “mudança de terreno” que faça intervir conceitos exteriores à região da lingüística atual. O problema, agora clássico, da “normalidade do enunciado” é, a nossos olhos, um índice exemplar dessa dificuldade: as condições atuais do funcionamento de uma gramática gerativa supõem um tipo de locutor que chamaremos *neutralizado*, isto é, ligado à normalidade universal dos “enunciados canônicos”, em que a posição das classes de equivalência (por exemplo: sujeito animado + objeto inanimado) é a priori fixada como uma propriedade da língua. É, pois, em relação a esta normalidade suposta na língua que o “enunciado anômalo” se encontra definido. Ora, esta tese parece frágil em muitos aspectos, como o mostra o exemplo seguinte: ao se interrogar para saber se a frase pertence à ordem da fala ou à da língua, Saussure escreve:

“É preciso atribuir à língua, e não à fala, todos os tipos de sintagmas construídos por formas regulares... acontece exatamente o mesmo com as frases ou grupos de palavras estabelecidas sobre padrões regulares; combinações como a terra gira, o que ele está dizendo? etc., respondem a tipos gerais que têm por sua vez seu suporte na língua sob a forma de lembranças concretas” (Saussure, op. cit., p.173).

Seja, pois, a frase “a terra gira”: um lingüista pré-copernicano, que, por milagre, conheça as gramáticas gerativas e os trabalhos atuais dos semanticistas, teria certamente colocado uma incompatibilidade entre as partes constitutivas da frase e declarado o enunciado anômalo. [8]

Isso significa que nem sempre se pode dizer da frase que ela é normal ou anômala apenas por sua referência a uma norma universal inscrita na língua, mas sim que esta frase deve ser referida ao *mecanismo discursivo* específico que a tornou possível e necessária em um contexto científico dado. Em outros termos, parece indispensável colocar em questão a identidade implícita estabelecida por Saussure entre o *universal* e o *extra-in-*

dividual, mostrando a possibilidade de definir um nível intermediano entre a singularidade individual e a universalidade, a saber, o nível da *particularidade* que define “contratos” linguísticos específicos de tal ou tal região do sistema, isto é, feixes de normas mais ou menos localmente definidos, e designadamente aptos a disseminar-se uns sobre os outros; como escreve Jakobson:

“Sem nenhuma dúvida, para toda comunidade linguística, para todo sujeito falante, existe uma unidade da língua, mas esse código global representa um sistema de subcódigos em comunicação recíproca: cada língua abarca vários sistemas simultâneos, sendo cada um caracterizado por uma função diferente” (Jakobson, op. cit., p.213).[9]

É certo que o conceito de “campo semântico” já representa um passo nessa direção, uma vez que visa as coerções semânticas entre os elementos morfológicos, suas relações *in praesentia* e *in absentia* em uma área de significação dada. Entretanto, ele não dá conta dos efeitos sequenciais ligados à discursividade. Em outras palavras, o conceito de campo semântico[10] recobre uma das significações da palavra “retórica” (isto é, retórica como saber que incide sobre a “disposição”, a “ordem e o encadeamento de idéias” etc.): em termos tomados de empréstimo à lógica, pode-se dizer que a normalidade local que controla a produção de um tipo de discurso dado concerne não somente à *natureza dos predicados que são atribuídos a um sujeito mas também às transformações que esses predicados sofrem no fio do discurso e que o conduzem a seu fim, nos dois sentidos da palavra.*

Propomos designar por meio do termo *processo de produção* o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em “circunstâncias” dadas.

Resulta do que precede que o estudo dos processos discursivos supõe duas ordens de pesquisas:

— o estudo das variações específicas (semânticas, retóricas e pragmáticas) ligadas aos processos de produção parti-

culares considerados sobre o “fundo invariante” da língua (essencialmente: a sintaxe como fonte de coerções universais). Especificaremos mais adiante os conceitos e a metodologia utilizados.⁹

— o estudo da ligação entre as “circunstâncias” de um discurso — que chamaremos daqui em diante suas *condições de produção*¹⁰ — e seu processo de produção. Esta perspectiva está representada na teoria linguística atual pelo papel dado ao *contexto* ou à *situação*, como pano de fundo específico dos discursos, que torna possível sua formulação e sua compreensão: é este aspecto da questão que vamos tentar esclarecer agora, através do exame crítico do conceito saussuriano de *instituição*.

2. As implicações do conceito saussuriano de instituição

Segundo Saussure, a língua é uma instituição social entre outras, o que faz com que se possa enunciar a diferença específica que a coloca na série das instituições como uma espécie no interior de um gênero: tudo parece claro uma vez que se determine que esta diferença específica se chama o *semiológico*. Entretanto, encontramos no *Curso de Linguística Geral* um outro tipo de diferença que coloca ainda uma vez em causa as “outras” instituições e cuja avaliação crítica é para nós fundamental.

Com efeito, escreve Saussure:

“As outras instituições humanas — os costumes, as leis etc. — se fundam, em diversos graus, nas relações naturais das coisas; há nelas uma *conformidade necessária entre os meios empregados e os fins perseguidos*... A língua, ao contrário, não é limitada em nada na escolha de seus meios” (Saussure, op. cit., p.110).

Reencontramos aqui a indicação da reviravolta que descrevemos no começo e que consiste em mostrar que a língua não

pode ser definida por uma "conformidade necessária" (uma harmonia teleológica) entre os meios e os fins - ora, para deixar bem entendida a novidade do que anuncia, Saussure faz apelo a propriedades funcionais das outras instituições como a uma *evidência*; em outros termos, é porque Saussure continua a pensar as instituições em geral como meios *adaptados* a fins que ele pode fazer ressaltar o caso único da língua, para a qual não há meio predeterminado por natureza.

Certamente, não se trata de reprovar Saussure pelo fato de ter ignorado o que os sociólogos de seu tempo começam a discernir: observaremos apenas que, na grande Enciclopédia Francesa de 1901, Mauss e Fauconnet definiam a sociologia como a ciência das instituições, precisando: "As instituições são o conjunto de atos e de idéias instituídas que os indivíduos encontram diante deles e que lhes são mais ou menos impostos" (citado em Gurvich, 1958, p.9), definição que Saussure poderia ter aceito para caracterizar a língua, "parte social da linguagem".

De fato, é inegável que um dos resultados mais decisivos da sociologia contemporânea consiste precisamente em saber distinguir a *função aparente* de uma instituição e seu *funcionamento* implícito; as normas dos comportamentos sociais não são mais transparentes a seus autores do que as normas da língua o são para o locutor, "o sentido objetivo de sua conduta... os possui porque eles são despossuídos por ele" (Bourdieu, 1965, p.20). O que significa que, retrospectivamente, Saussure nos parece aqui afetado pela necessária ilusão do não-sociológico, que consiste em considerar as instituições em geral como funções com finalidade explícita.¹¹

Isto não deixa de ter conseqüências para a teoria dos processos discursivos.

Seja, por exemplo, o discurso de um deputado na Câmara. Do estrito ponto de vista saussuriano, o discurso é, enquanto tal, da ordem da *fala*, na qual se manifesta a "liberdade do locutor", ainda que, bem entendido, seja proveniente da *língua* enquanto seqüência sintaticamente correta. Mas o mesmo discurso é tomado pelo sociólogo como uma *parte* de um mecanismo em funcionamento, isto é, como pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas que

derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo, pois, a um certo *lugar* no interior de uma formação social dada.

Em outras palavras, um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção* dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é *porta-voz* de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está "isolado" etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da *relação de forças* existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz: um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para "dar o troco", o que é uma outra forma de ação política.^[11] Podemos evocar aqui o conceito de "enunciado performático" introduzido por J.L. Austin, para sublinhar a relação necessária entre um discurso e seu lugar em um mecanismo institucional extralingüístico.^[12]

Se prosseguirmos com a análise do discurso político - que serve aqui apenas de representante exemplar de diversos tipos de processos discursivos - veremos que por outro lado, ele deve ser remetido às *relações de sentido* nas quais é produzido: assim, tal discurso remete a tal outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele "orquestra" os termos principais ou anula os argumentos. Em outros termos, o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discursivo prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as "deformações" que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido.^[13]

Isso implica que o orador experimente de certa maneira o lugar de ouvinte a partir de seu próprio lugar de orador: sua habilidade de imaginar, de preceder o ouvinte é, às vezes, decisiva se ele sabe prever, em tempo hábil, onde este ouvinte o "espera".¹² Esta antecipação do que o *outro vai pensar* parece constitutiva de qualquer discurso, através de variações que são

definidas ao mesmo tempo pelo campo dos possíveis da patologia mental aplicada ao comportamento verbal¹³ e pelos modos de resposta que o funcionamento da instituição autoriza ao ouvinte: a esse respeito, um sermão e uma conversa a bandeiras despregadas "funcionam" de modo diferente. Em certos casos, o ouvinte, ou o auditório, pode *bloquear* o discurso ou, ao contrário, *apoiá-lo* por meio de intervenções diretas ou indiretas, verbais ou não-verbais.

Por exemplo, o deputado na Câmara pode ser interrompido por um adversário que, situado em outro "lugar" (isto é, cujo discurso responde a outras condições de produção), tentará atrair o orador para seu terreno, obrigá-lo a responder sobre um assunto escabroso para ele etc. Existe, por outro lado, um sistema de signos não-lingüísticos tais como, no caso do discurso parlamentar, os aplausos, o riso, o tumulto, os assobios, os "movimentos diversos", que tornam possíveis as intervenções indiretas do auditório sobre o orador; esses comportamentos são, na maior parte das vezes, *gestos* (atos no nível do simbólico) mas podem transbordar para intervenções físicas diretas; infelizmente, faz falta¹⁴ uma teoria do *gesto como ato simbólico* no estado atual da teoria do significante, o que deixa muitos problemas sem resolução: quando, por exemplo, os "anarquistas" lançavam bombas no meio das Assembleias, qual era o elemento dominante: o gesto simbólico significando a *interrupção a mais brutal que seja*, ou a *tentativa de destruição física* visando tal ou tal personagem política considerada nociva?

Dentre as questões que acabamos de evocar, várias delas permanecerão aqui sem resposta. Nosso propósito não é, com efeito, o de estimular uma *sociologia* das condições de produção do discurso mas definir os elementos teóricos que permitem pensar os processos discursivos em sua generalidade: enunciaremos a título de proposição geral que os *fenômenos lingüísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento* mas com a condição de acrescentar imediatamente que *este funcionamento não é integralmente lingüístico, no sentido atual desse termo* e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de *colocação* dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos "condições de produção" do discurso.

Faremos a hipótese de que, a um estado dado das condições de produção corresponde uma estrutura definida dos processos de produção do discurso a partir da língua, o que significa que, se o estado das condições é fixado, o conjunto dos discursos suscetíveis de serem engendrados nessas condições manifesta invariáveis semântico-retóricas estáveis no conjunto considerado e que são características do processo de produção colocado em jogo. Isto supõe que *é impossível analisar um discurso como um texto*, isto é, como uma sequência lingüística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de *discursos possíveis* a partir de um estado definido das condições de produção, como mostraremos a seguir.

Vamos, pois, propor, inicialmente, um esquema formal que permita chegar a uma definição operacional do *estado das condições de produção* de um discurso; descreveremos em seguida os requisitos teóricos e metodológicos necessários à representação do *processo de produção* que corresponde a um estado dado.

B) As condições de produção do discurso¹⁴

1. Os elementos estruturais pertencentes às condições de produção

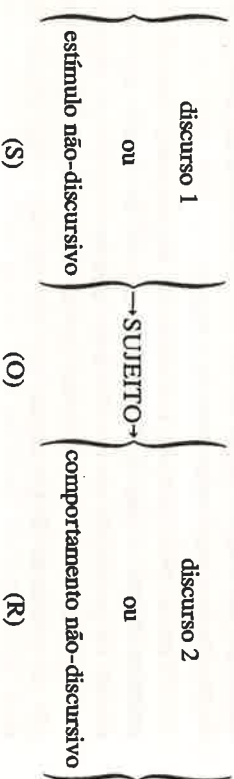
Duas famílias de esquemas estão em competição no que diz respeito à descrição *extrínseca* do comportamento lingüístico em geral (por oposição à análise *intrínseca* da cadeia falada):

- um esquema "reacional", derivado das teorias psicofisiológicas e psicológicas do comportamento (esquema "estímulo-resposta" ou "estímulo-organismo-resposta");
- um esquema "informacional" derivado das teorias sociológicas e psicossociológicas da comunicação (esquema "emissor-mensagem-receptor").

O primeiro esquema parece dominar ainda largamente o pensamento atual: "... as preferências da maioria, escrevem

S. Moscovici e M. Pion (1966, p. 720) vão em direção a uma apreensão do fundamento da linguagem na organização do sistema nervoso que é sua matriz material e não naquilo que se diz ser sua função, ou seja, a comunicação. Por esta razão, digamos que uma progressão teórica sob o ângulo psicossociológico não é suficiente, mas é necessária uma mudança das opções atuais situando a psicologia social ao lado de outras disciplinas psicológicas com vistas a compreender a linguagem”.

Seja, com efeito, a aplicação do esquema S-O-R do comportamento verbal:



Esta representação tem o inconveniente de anular o lugar do produtor de (S) e do destinatário de (R): esta anulação é perfeitamente legítima quando a estimulação é física (por exemplo, uma variação de intensidade luminosa) e a resposta orgânica (por exemplo, uma variação da resposta E.E.G.); neste caso, com efeito, o experimentador é somente o construtor de uma montagem que funciona independentemente dele, extraídos os artefatos experimentais. Em uma experiência sobre o “comportamento verbal”, ao contrário, o experimentador é uma *parte da montagem*, qualquer que seja a modalidade de sua *presença*, física ou não, nas condições de produção do discurso-resposta: em outras palavras, o estímulo só é estímulo em referência à situação de “comunicação verbal” na qual se sela o pacto provisório entre o experimentador e seu objeto. Os mesmos autores, já citados, escrevem a este respeito:

“... a atitude skinneriana resulta em excluir no exame do comportamento humano, em geral, e do comportamento lingüístico, em particular, as ações

das regras, das normas que os indivíduos estabelecem entre si. Por essa via, ela chega também a minimizar a dimensão simbólica que a linguagem adquire, a par de sua associação com essas regras, e o papel não-negligenciável que ela desempenha na sua constituição” (ibid., p. 718).

O que significa que o esquema S-O-R implica excessivos “esquecimentos” teóricos no domínio de que nos ocupamos para ser conservado sob esta forma.

O esquema “informacional” apresenta, ao contrário, a vantagem de pôr em cena os protagonistas do discurso, bem como seu “referente”. Ao fazer o inventário dos “fatores constitutivos de qualquer processo lingüístico” Jakobson escreve:

“O destinatador envia uma mensagem ao destinatário. Para ser operante, a mensagem requer antes um contexto ao qual ela remete (é isto que chamamos também, em uma terminologia um pouco ambígua, o “referente”), contexto apreensível pelo destinatário e que é verbal ou suscetível de ser verbalizado; em seguida a mensagem requer um código, comum, ou ao menos em parte, ao destinatador e ao destinatário (ou, em outros termos, ao codificador e ao decodificador da mensagem). A mensagem requer, enfim, um contacto, um canal físico ou uma conexão psicológica entre o destinatador e o destinatário, contacto que permite estabelecer e manter a comunicação” (Jakobson, 1963, pp. 213-214).

O esquema torna-se então:



com, respectivamente:

A: o “destinatador”,

B: o “destinatário”,

R: o "referente",

(L): o código linguístico comum a A e a B,
→ : O "contacto" estabelecido entre A e B,

D: a sequência verbal emitida por A em direção a B.

Observemos que, a propósito de "D", a teoria da informação, subjacente e este esquema, leva a falar de *mensagem* como transmissão de informação: o que dissemos precedentemente nos faz preferir aqui o termo *discurso*, que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um "efeito de sentidos" entre os pontos A e B.

Podemos a partir de agora enunciar os diferentes elementos estruturais das condições de produção do discurso.

Fica bem claro, já de início, que os elementos A e B designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais. Se o que dissemos antes faz sentido, resulta pois dele que A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos: assim, por exemplo, no interior da esfera da produção econômica, os lugares do "patrão" (diretor, chefe da empresa etc.), do funcionário de repartição, do contramestre, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis.

Nossa hipótese é a de que esses lugares estão *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que o lugar como feixe de traços objetivos funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado*; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações). Acrescentemos que é bastante provável que esta correspondência não seja biunívoca, de modo que diferenças de situação podem corresponder a uma mesma posição, e

uma situação pode ser representada como várias posições, e isto não ao acaso, mas segundo leis que apenas uma investigação sociológica poderá revelar.

O que podemos dizer é apenas que todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias, que serão designadas aqui da seguinte maneira:

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente	
A	I _A (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	"Quem sou eu para lhe falar assim?"
	I _A (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	"Quem é ele para que eu lhe fale assim?"
B	I _B (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	"Quem sou eu para que ele me fale assim?"
	I _B (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	"Quem é ele para que me fale assim?"

Acabamos de esboçar a maneira pela qual a posição dos protagonistas do discurso intervem a título de condições de produção do discurso. Convém agora acrescentar que o "referente" (R no esquema acima, o "contexto", a "situação" na qual aparece o discurso) pertence igualmente às condições de produção. Sublinhemos mais uma vez que se trata de um *objeto imaginário* (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física.

Colocaremos, pois:

Expressões que designam as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja "resposta" subtende a formação imaginária correspondente
A $I_A(R)$	"Ponto de vista" de A sobre R	"De que lhe falo assim?"
B $I_B(R)$	"Ponto de vista" de B sobre R	"De que ele me fala assim?"

Enfim, indicamos mais acima¹⁵ que todo processo discursivo supunha, por parte do emissor, uma *antecipação das representações do receptor*, sobre a qual se funda a estratégia do discurso.

Formaremos, pois, as expressões:

$$A \begin{cases} I_A(I_B(A)) \\ I_A(I_B(B)) \\ I_A(I_B(R)) \end{cases} \quad B \begin{cases} I_B(I_A(B)) \\ I_B(I_A(A)) \\ I_B(I_A(R)) \end{cases}$$

para exprimir a maneira pela qual A representa para si as representações de B, e reciprocamente, em um momento dado do discurso.

Como se trata, por hipótese, de antecipações, deve-se observar que esses valores precedem as eventuais "respostas" de B, vindo sancionar as decisões antecipadoras de A: as antecipações de A com respeito a B, por exemplo, devem ser pensadas como derivadas de $I_A(A)$, $I_A(B)$ e $I_A(R)$.

Simbolizaremos essa derivação pelas expressões seguintes, que, atualmente, nos servem apenas para explicitar nossas hipóteses sobre a natureza específica da derivação em cada caso:

$$\begin{aligned} I_A(I_B(A)) &= f(I_A(B)) \cdot (I_A(A)) \\ I_A(I_B(B)) &= g(I_A(A)) \cdot (I_A(B)) \\ I_A(I_B(R)) &= h(I_A(R)) \cdot (I_A(B)) \end{aligned}$$

dos
Ent
gos
siv
tra
dis
o l
ger
Se
soc
sita
ção
que
rem

Vemos em cada caso que a antecipação de B por A depende da ["distância"] que A supõe entre A e B: encontram-se assim formalmente diferenciados os discursos em que se trata para o orador de *transformar o ouvinte* (tentativa de persuasão, por exemplo) e aqueles em que o orador *e seu ouvinte se identificam* (fenômeno de cumplicidade cultural, "piscar de olhos" manifestando acordo etc.).

Resulta do que precede que o estado n das condições de produção do discurso D_n que A dirige a B a propósito de R — que notaremos como $T_n^x(A, B)$ — será representado pelo seguinte vetor¹⁶:

$$T_n^x(A, B) = \begin{Bmatrix} T_n^x(A) \\ T_n^x(B) \\ T_n^x(R) \\ T_n^x(I_B^x(A)) \\ T_n^x(I_B^x(B)) \\ T_n^x(I_B^x(R)) \end{Bmatrix}$$

Isto exige várias observações:

Em primeiro lugar, no que concerne à *natureza* dos elementos que pertencem ao vetor acima, já foi indicado que se trata de *representações imaginárias* das diferentes instâncias do processo discursivo: tomaremos agora precisas nossas hipóteses a este respeito acrescentando que as diversas formações resultam, elas mesmas, de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar mas que deram nascimento a "tomadas de posição" implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco. Por oposição à tese "fenomenológica" que colocaria a *aprensão perceptiva* do referente, do outro e de si mesmo como *condição pré-discursiva do discurso*, supomos que a percepção é sempre atravessada pelo "já ouvido" e o "já dito", através dos quais se constitui a substância das formações imagi-

nárias enunciadas; os conceitos de *pressuposição* e de *implicação* apresentados e utilizados por O. Ducrot colocam em jogo o mesmo gênero de hipótese:¹⁵ a propósito da situação que, escreve este autor, "não pode mais ser concebida de forma simplesmente cronológica ou geográfica como uma localização espaço-temporal", ele acrescenta: "a situação de discurso, à qual remetem as pressuposições, comporta como parte integrante certos conhecimentos que o sujeito falante empresta a seu ouvinte. Ela concerne pois à imagem que se fazem uns dos outros os participantes do diálogo".¹⁷

Paralelamente, é claro que em um estado dado das condições de produção de um discurso, os elementos que constituem este estado não são simplesmente justapostos mas mantêm entre si relações suscetíveis de variar segundo a natureza dos elementos colocados em jogo: parece possível adiantar que nem todos os elementos de T_x^n têm uma eficácia necessariamente igual, mas que, segundo um sistema de regras, a ser definido, um dos elementos pode se tornar *dominante* no interior das condições de um estado dado. T_x^n aparece assim como uma sequência ordenada, eventualmente do tipo vetorial, em que certos termos têm a propriedade de determinar a natureza, o valor e o lugar dos outros termos.

Com efeito, seja por exemplo uma série de discursos caracterizados pelo fato único de que se trate da "liberdade": conforme se trate de um professor de filosofia que se dirige a seus alunos, de um diretor de prisão que comenta o regulamento para uso dos detentos, ou de um terapeuta que dirige a palavra a seu paciente, assistimos a um *deslocamento do elemento dominante* nas condições de produção do discurso: seja A o emissor e B o receptor; no discurso terapêutico, tal como é concebido pela psiquiatria clássica, é a imagem que o paciente faz de si mesmo que é o principal do discurso, ou seja, $I_B(B)$. Na relação pedagógica, a representação que os alunos fazem daquilo que o professor lhes designa é que domina o discurso, ou seja, $I_B(I_A(R))$, em sua relação com $I_A(R)$. Enfim, no discurso do diretor de prisão, tudo está condicionado pela imagem que os detentos formam do representante do regulamento através de seu discurso, ou seja, $I_B(A)$, pois se trate, para uns, de saber "até onde dá pra ir com ele" e, para o outro, de lhes tornar isto significativo.

Nesta perspectiva, o objeto de uma sociologia do discurso seria, pois, o de verificar a ligação entre as *relações de força* (exteriores à situação do discurso) e as *relações de sentido* que se manifestam nessa situação, colocando sistematicamente em evidência as *variações de dominância* que acabamos de evocar.

2. Esboço de uma representação formal dos processos discursivos

Assim como anunciamos precedentemente,¹⁸ fazemos a hipótese de que dadas as condições de produção de um discurso \mathcal{D}_x no estado n , ou seja, T_x^n , é possível lhe fazer corresponder um processo de produção \mathcal{D}_x , no estado n , processo que designaremos por Δ_x^n .

Mas vimos, por outro lado, que um estado dado das condições de produção deveria ser compreendido como resultando de processos discursivos sedimentados:¹⁹ vê-se que é pois impossível definir uma origem das condições de produção, pois esta *origem*, a rigor *impensável*, *suporia uma recorrência infinita*. Por outro lado, é possível interrogar sobre as transformações das condições de produção a partir de um estado dado dessas condições.

Trataremos, pois, sucessivamente de duas questões:

- a questão da correspondência entre T_x^n e Δ_x^n
- a questão da transformação $T_x^n \rightarrow T_x^{n+1}$.

As operações abstratas que vamos introduzir sobre os elementos precedentemente definidos tornam possível, a nosso ver, o esboço de uma descrição formal dos processos discursivos. A formulação que daremos aqui vai permanecer incompleta e provisória; nossa finalidade presente é somente mostrar a possibilidade geral de tal teoria, e situar o *caso particular* ao qual se refere a parte atual do nosso trabalho, em relação aos fenômenos mais complexos que estamos deixando, por enquanto, de lado.

REGRA 1

O processo de produção de um discurso D_x (no estado n) resulta da composição das condições de produção de D_x (no estado n) com um sistema linguístico \mathcal{L} dado.

Convencionaremos notar esta operação de composição pelo símbolo o , e escreveremos:

$$I_x^m \circ \mathcal{L} \rightarrow \Delta_x^n$$

A interpretação que se pode dar a essa regra é a seguinte: I_x^m funciona como um princípio de seleção-combinação sobre os elementos da língua \mathcal{L} e constitui, a partir deles, o sistema de ligações semânticas que representa a matriz do discurso D_x no estado n , isto é, os domínios semânticos e as dependências entre esses domínios. Acrescentemos que a efetuação dessa operação apresenta, de fato, diversos níveis hierarquizados: conforme mostraremos em seguida,²⁰ a constituição do enunciado — frase elementar — não responde às mesmas leis semânticas, retóricas e pragmáticas que a disposição dos enunciados na sequência discursiva.

A partir de premissas teóricas bastante diferentes das expostas aqui, o trabalho de L. Dolezel (1964)²¹ manifesta, pelos fins que se propõe, uma convergência interessante de se notar:

“Ao utilizar as unidades elementares do código e as regras do código, escreve ele, a fonte da informação linguística — o codificador — produz mensagens concretas — os discursos — que são uma representação dos conjuntos de acontecimentos extralinguística e que transmitem a informação desses acontecimentos”.

Nossas considerações teóricas anteriores devem advertir o leitor sobre as divergências que registramos aqui: os conceitos de *informação*, de *mensagem* e de *acontecimento extralinguístico*, em particular, derivam de pressupostos empiristas cujas dificuldades acreditamos ter assinalado, em tempo útil. Entretanto,

o entendimento de Dolezel permanece, sob muitos pontos de vista, esclarecedor para nossos propósitos; com efeito ele prossegue:

“A unidade fundamental que se obtém como resultado do processo de codificação é a frase; uma frase ou uma sequência de frases constitui a mensagem linguística, o discurso [...] é preciso estabelecer e especificar o conjunto de regras cuja aplicação permite alinhar, durante o processo de codificação, as palavras em frases e as frases em mensagem” (ibid., p. 52).

Acrescentemos que o autor citado emite explicitamente a hipótese do caráter estacionário dos “parâmetros da língua” que retomamos por nossa conta.

REGRA 2

Todo processo de produção Δ_j^n , em composição com um estado determinado n das condições de produção de um discurso D_x , induz uma transformação desse estado.

Convencionaremos designar esta composição pelo símbolo $*$, e escreveremos:

$$I_x^m * \Delta_j^n \rightarrow I_x^{m+1}$$

Esta regra coloca em evidência o efeito de transformação que induz a presença de um processo particular no campo discursivo sobre o estado das condições de produção: é claro, já de início, que o discurso que A dirige a B modifica o estado de B na medida em que B pode comparar as “antecipações” que faz de A no discurso de A.

Mas, por outro lado, destacamos²¹ que todo orador era um ouvinte virtual de seu próprio discurso, o que implica que o que é dito por A transforma igualmente as condições de produção

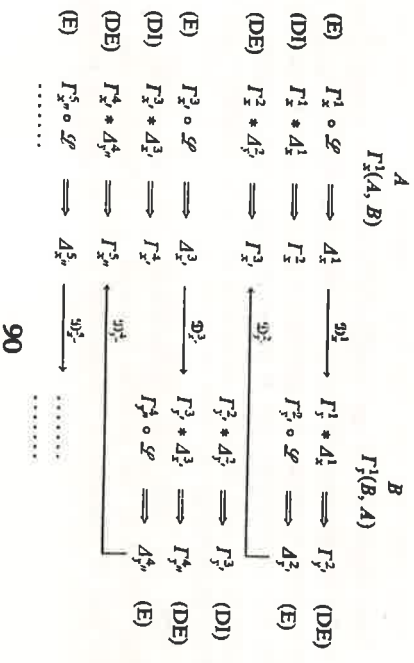
próprias a A, permitindo-lhe "continuar" seu discurso; as "perturbações do comportamento narrativo", caracterizadas pela perda do fio do relato, o incessante retorno ao início etc. poderiam ser interpretados como uma perturbação desse mecanismo.

Essas duas regras pedem alguns comentários. Em primeiro lugar, vê-se que a primeira regra corresponde à *emissão* da sequência discursiva, ao passo que a segunda diz respeito a sua *recepção*, o que significa que elas desempenham, respectivamente, um papel comparável ao que é chamado frequentemente de *codificação* e *decodificação*. Deve-se, entretanto, observar que a oposição linguagem/realidade, que serve frequentemente de fundamento a esses dois conceitos, não está operando aqui e que a "simetria" entre a codificação e a decodificação, muitas vezes evocada como uma necessidade, desaparece igualmente.

Em segundo lugar, a segunda regra ("regra da decodificação") comporta, como acabamos de ver, duas modalidades de funcionamento, aos quais propomos chamar decodificação externa e decodificação interna: vê-se, pois, que toda situação de discurso comporta necessariamente decodificações internas mas que a existência de decodificações externas está ligada a uma "resposta" do destinatário dirigida ao destinatário inicial, resposta que pode muito bem estar ausente de certas situações de discurso – por exemplo a redação de uma carta, um discurso ra-

diológico etc.

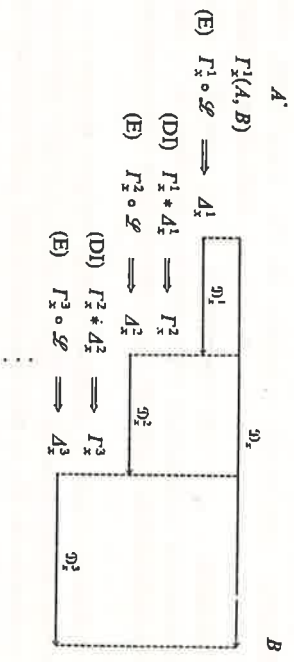
Este ponto explica o *caso particular* que estamos opondo ao caso geral. Seja, com efeito, uma situação de discurso entre A e B, tal que cada um "responda" ao outro; ela pode ser representada da maneira seguinte:



- (E): Codificação,
 - (DE): Decodificação externa,
 - (DI): Decodificação interna.
- Vê-se que, a cada "passo", o discurso de um dos protagonistas é modificado pelo do outro.

Consideremos, ao contrário, o tipo de discurso em que o destinatário não recebe nenhuma *resposta* por parte do destinatário (nenhuma resposta, isto é, nem discurso nem gesto simbólico).

O esquema torna-se então o seguinte:



Estamos em presença de um caso particularmente simples, pois, assim como o vemos acima, a série dos estados T_x^x pode ser deduzida de T_{x-1}^{x-1} e o discurso \mathcal{D}_x assimilado à sequência.

$$\mathcal{D}_1^1 + \mathcal{D}_2^2 + \dots + \mathcal{D}_x^x$$

Nessas condições, falaremos de T_x (integrando $T_1^1, T_2^2, \dots, T_x^x$) como condição de produção do discurso \mathcal{D}_x (integrando $\mathcal{D}_1^1, \mathcal{D}_2^2, \dots, \mathcal{D}_x^x$), condição à qual corresponde o processo de produção Δ_x (integrando $\Delta_1^1, \Delta_2^2, \dots, \Delta_x^x$).

Tratemos aqui unicamente desse caso particular do *discurso-monólogo*, que podemos identificar na condução do relato, do testemunho, da prece, da demonstração pelo exemplo, casos em que, no mínimo, o destinatário só se encontra presente na situação pela imagem que o destinatador faz dele. A análise das situações de diálogo, com a presença eventual de um personagem "terceiro" no processo, necessita que se considerem relações mais complexas (várias condições de produção em interação), o que implica em novas pesquisas.

No momento, o problema ao qual propomos uma solução é, pois, o seguinte:

"Dado um estado definido de condições de produção de um discurso-monólogo D_x (seja T_x) e um conjunto finito de realizações discursivas empíricas de D_x (seja $D_{x1}, D_{x2}, \dots, D_{xn}$)²² representativas desse estado, determinar a estrutura do processo de produção (Δ_x) que corresponde a T_x , isto é, o conjunto dos *domínios semânticos* colocados em jogo em D_x , bem como as *relações de dependência* existente entre esses domínios."

Supomos que é possível definir empiricamente um conjunto de emissores identificáveis quanto ao estado das condições de produção de D_x (e não, bem entendido, para qualquer discurso em geral).

Como foi indicado anteriormente,²³ a constituição desse conjunto se baseia ao mesmo tempo no controle das *variáveis sociológicas* objetivas características do "lugar" do destinatador e no controle das *formações imaginárias* próprias à situação de D_x , das quais um jogo prévio de questões indiretas terá por função verificar o conteúdo.

C) *Por uma análise do processo de produção do discurso*

"A linguística estrutural clássica, escreve T. Todorov (1966, p. 5)^[16], apresentava assim, de forma geral, seu procedimento: existe um *corpus* de fatos da língua; é preciso encontrar noções e relações que lhe permitam uma descrição não-contrar-

ditória, exaustiva e simples. A teoria da gramática gerativa inverta a relação; ela se pergunta: que regras linguísticas são conscientes ou inconscientemente aplicadas para produzir frases corretas de uma língua dada? A análise cede seu lugar à síntese; manja-se, pois, um sistema de regras ao nível de um sistema de elementos."

Suponhamos que os resultados dessa *revolução copernicana*, que organiza a língua em torno do "sujeito falante", sejam diretamente aplicáveis à teoria do discurso: isso significaria que o objetivo primordial é o de dar-se um conjunto de regras que permitam engendrar um *discurso*, e significaria que podemos, sem inconveniente, nos dispensar de analisar os *efeitos de superfície da seqüência discursiva*, o que seria uma preocupação *prolômica* superada. Ora, como já vimos, nossa hipótese é a de que essa transferência de resultados entre o "sujeito falante" (*neutralizado* pela relação com as condições de produção do discurso) e um hipotético "sujeito do discurso" é ilícita: o que dissemos precedentemente supõe, com efeito, o fato de que *não há sujeito psicológico universal* que sustente o processo de produção de todos os discursos possíveis, no sentido de que o sujeito representado por uma gramática gerativa é apto a engendrar todas as frases gramaticalmente corretas de uma língua. Em outros termos, pensamos que a *continuidade metodológica* que supomos às vezes aqui é atualmente suspeita, na medida em que ela implica, para passar do sujeito da língua ao sujeito do discurso, a existência de regras *seletivas* que funcionam no nível do "vocabulário terminal", as quais (regras) remetem de fato a uma *análise* dos elementos morfemáticos em *traços semânticos*, cujo caráter altamente problemático em geral concordamos em reconhecer. Isso significa, em definitivo, que *não podemos aqui evitar o desvio através de uma análise* que, no entanto, fica, na maioria das vezes, implícita e não sistemática: ela repousa com efeito geralmente sobre uma *concepção atomística das significações*, de forma que os lexemas ou os morfemas são arbitrariamente analisados como unidades decomponíveis em "semas" que existem por si,²⁴ e as propriedades combinatórias são deduzidas a partir de regras de compatibilidade inter-semas igualmente colocadas de modo arbitrário.²⁵ Por outro lado parece que, neste domínio, o princípio "não elementos, mas sim relações e regras" está singularmente ocultado. [17]

Nessas condições, e posto que o desvio por uma análise parece, atualmente, inevitável, consideramos que é preferível colocar aqui os seus princípios: diremos, pois, que a série das *superfícies* discursivas $\mathfrak{D}_{x_1}, \dots, \mathfrak{D}_{x_n}$ constitui um *vestígio* do processo de produção Δ_x do discurso \mathfrak{D}_x , isto é, da "estrutura profunda" comum a $\mathfrak{D}_{x_1}, \dots, \mathfrak{D}_{x_n}$. Nosso entendimento consiste, pois, em remontar desses "efeitos de superfície" à estrutura invisível que os determina: é só depois que uma teoria geral dos processos de produção discursivos torna-se *realizável*, enquanto *teoria da variação regulada das "estruturas profundas"*.

1. Efeito metafórico

Consideremos a seguinte questão:

Sejam dois termos x e y , pertencentes a uma mesma categoria gramatical em uma língua dada \mathcal{L} . Existe pelo menos um discurso no interior do qual x e y possam ser substituídos um pelo outro sem mudar a interpretação desse discurso?

Consideremos $S(x, y)$ a operação de substituição que resulta a restrição indicada, e \mathfrak{D}_n uma seqüência de termos engendrada por Δ_n na língua \mathcal{L} , correspondente a um estado T_n no conjunto dos estados possíveis.

Três casos são logicamente possíveis, a saber:

$$(1) \sim \exists \mathfrak{D}_n S(x, y)$$

x e y nunca são substituíveis um pelo outro.

$$(2) \exists \mathfrak{D}_n S(x, y) \text{ e } \sim \forall \mathfrak{D}_n S(x, y)$$

x e y são substituíveis um pelo outro, às vezes, mas não sempre.

$$(3) \forall \mathfrak{D}_n S(x, y)$$

x e y são sempre substituíveis um pelo outro.

Consideremos os casos (2) e (3), em que a substituição é possível:

(2) representa o caso em que x e y são substituíveis em função de um contexto dado.

Por exemplo: $x =$ brilhante
 $y =$ notável

x e y são substituíveis em certos contextos.

Por exemplo: este matemático é (xy)

ou então: a demonstração desse matemático é (xy).

Mas existem outros contextos para os quais x e y não são substituíveis.

Por exemplo: a luz *brilhante* do farol o cegou;

ou então: esta curva comporta um ponto *assinábil*.

(3) representa, ao contrário, o caso em que x e y são substituíveis, *qualquer que seja o contexto*, propomos como exemplo:

$x =$ refrear

$y =$ reprimir

para propósito do qual a existência de um contexto que impeça a substituição pareça problemática. Observemos no entanto que, para ser correta, a decisão de classificar o par refrear/reprimir em (3) deveria se apoiar em um exame de todos os contextos discursivos possíveis para uma língua dada. Em outras palavras, se o par x/y pertence a (2), é possível sabê-lo em um *tempo finito*, o que não é evidentemente o caso para (3).

Designaremos a possibilidade de substituição (2) pelo termo *sinonímia local* ou *contextual*, por oposição à possibilidade (3) à qual chamaremos *sinonímia não-contextual*.

Vemos que, em presença de um conjunto finito de discursos correspondente a um mesmo T_n , devemos, por prudência, considerar que todas as sinonímias são contextuais, até se verificar que, eventualmente, algumas delas são conservadas ao longo de todas as variações *estudadas* do T : a sinonímia não-contextual aparecerá assim como um limite para o qual tende uma sinonímia contextual verificada em condições de produção cada vez mais numerosas, o que remete à questão das *intersecções semânticas não-vazias*. De nossa parte, formularemos a hipótese de que as sinonímias contextuais são a regra, e que as sinoní-

mias não-contextuais são excepcionais, se nos referimos à teoria saussuriana do valor:

"No interior de uma mesma língua, todas as palavras que exprimem idéias vizinhas se limitam reciprocamente: sinônimos como recer, temer, ter medo só têm valor próprio pela oposição; se recer não existisse, todo seu conteúdo iria para seus concorrentes" (Saussure, op. cit., p.135).

Notemos que, de fato, é possível considerar sinônimas contextuais entre dois grupos de termos ou expressões que produzem o mesmo efeito de sentido em relação a um contexto dado. [18]

Chamaremos *efeito metafórico* o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual [19] para lembrar que esse "deslizamento de sentido" entre x e y é constitutivo do "sentido" designado por x e y ; esse efeito é característico dos sistemas linguísticos "naturais", por oposição aos códigos e às "línguas artificiais", em que o sentido é fixado em relação a uma metalingua "natural": em outros termos, um sistema "natural" não comporta uma metalingua a partir da qual seus termos poderiam se definir: ele é por si mesmo sua própria metalingua.

Vê-se, então, que é fundamentalmente necessário dispor de uma série de seqüências representativas de um T_x dado para poder colocar em evidência os *pontos de ancoragem semântica* que se definem pelo recorte das metáforas.

Explicaremos-nos, com respeito a esse ponto, por um exemplo cujo caráter *empiricamente inverossímil* não deve mascarar a significação teórica:

Seja um estado T_x e um *corpus* C_x de discursos estritamente representativos desse estado, $C_x = \{D_{x1}, D_{x2}, \dots, D_{xm}\}$

Designemos por uma letra cada uma das palavras que compõem os discursos considerados (a cada palavra diferente corresponde uma letra diferente e reciprocamente).

Sejam as seqüências desses n discursos:

D_{x1}	a	g	d	b	h	y
	/						
D_{x2}	j	g	d	b	h	y
	/						
D_{x3}	j	k	d	b	h	y
	/						
D_{x4}	j	k	m	b	h	y
	/						
D_{x5}	j	k	m	x	h	y
	/						
D_{x6}	j	k	m	x	w	y
	/						
$D_{x_{n-1}}$	j	k	m	x	w	y
	/						
D_{xn}	j	k	m	x	w	z

Vemos que cada discurso D_{xi} é tido como diferente do precedente $D_{x(i-1)}$ por uma só substituição, sendo que o conjunto do contexto é a cada vez conservado. Temos, pois, uma *série de efeitos metafóricos* (a/j, g/k, d/m, etc.) cujo efeito é manter uma ancoragem semântica através de uma variação da superfície do texto, pois, no limite, D_{xn} não contém mais *nenhum* dos termos que pertencem a D_{x1} ; e lhe é, no entanto, por definição, semanticamente equivalente.

Esse exemplo, puramente fictício, e aliás totalmente impossível, tem por única função colocar em evidência o que entendemos por conservação da invariante através da variação morfológica: o mesmo sistema de representações se reinscreve através das *variantes* que o repetem progressivamente; é esta repetição do idêntico através das formas necessariamente diversas que caracteriza, a nossos olhos, o mecanismo de um processo de produção; a "estrutura profunda" aparece assim como um tecido de elementos solidários, instalando-se e assegurando-se a si mesma através de efeitos metafóricos que permitem gerar uma série quase infinita de "superfícies" pela sua restrição a limites de funcionamento além dos quais a "estrutura profunda" explode. 26 [20]

Nessas condições, o confronto recíproco das formas variadas da superfície permite, ao multiplicar a presença do discurso por ele mesmo, manifestar a estrutura invariante do processo de produção para um estado dado, estrutura esta cujas variações são o sintoma.

Vamos agora expor de que modo esta confrontação pode ser efetivamente realizada.

2. Da superfície discursiva à estrutura do processo de produção

Consideremos o exemplo teórico que acaba de ser exposto: nós o utilizamos simplesmente para representar o *efeito metafórico* tal como o definimos, indicando que a *realização* de tal exemplo era impossível. Agora é importante precisar as determinações que tinham sido provisoriamente deixadas de lado nesta representação abstrata.

Colocaremos, assim, sucessivamente em evidência:

- A impossibilidade concreta da hipótese-limite que conceme à existência de *dois discursos que pertencem à mesma estrutura de produção e que não possuem nenhum termo em comum*.
- As seqüências que resultam desse primeiro ponto, concernente à noção de *contexto*, e a elaboração teórica de que esta noção necessita.
- A existência de um *efeito de dominância* no interior da produção de uma seqüência discursiva dada, cujo resultado é o de recortar *zonas de pertinência* no interior da seqüência, em função de um Δ_x dado.

No que se refere ao primeiro ponto, é claro que a hipótese proposta já é quase impossível de ser sustentada a propósito de dois discursos *quaisquer*, uma vez que existe, na língua, um pequeno número de palavras-operadores muito frequentes, cujo uso não está semanticamente ligado a um contexto dado. Paralelamente, isto é mais fundamental para nosso propósito, parece que as leis semântico-retóricas que regem os deslocamentos de sentido em um Δ_x impõem certos bloqueios de lugar a lugar, de forma que certas metáforas só existem no discurso em estado

“adormecido”, caso em que a substituição que dá um sentido ao termo empregado não funciona no interior do discurso (assim, por exemplo, o “nascer do sol” representa uma metáfora “adormecida” na medida em que o estado atual das leis de substituição não autoriza a forma comutável com “nascer”).²⁷ Nesta medida, podemos, pois, supor, através da série de seqüências discursivas a existência de obstáculos manifestados pela repetição de certos termos *em torno dos quais se efetuam os deslocamentos metafóricos*.

Isso significa dizer que não se passa necessariamente de uma seqüência discursiva a outra apenas por uma substituição, mas que as duas seqüências estão, em geral, ligadas uma à outra por uma série de efeitos metafóricos. Mas se admitimos que vários efeitos metafóricos podem funcionar entre tal discurso dado e o resto do *corpus*, isto significa, ao mesmo tempo, que o contexto de uma substituição não é necessariamente o discurso na sua totalidade, o que nos leva a colocar o problema da segmentação dos contextos no interior da seqüência discursiva. No artigo já citado, Jakobson escreve:

“Todo signo é composto de signos constituintes e/ou aparece em combinação com outros signos. Isto significa que toda unidade linguística serve ao mesmo tempo de contexto a unidades mais simples e/ou *encontra seu próprio contexto em uma unidade linguística mais complexa. De onde se segue que toda reunião efetiva de unidades linguísticas as liga a uma unidade superior*” (Jakobson, 1963, p.48).

E ele acrescenta:

“O destinatário percebe que o enunciado dado (*mensagem*) é uma combinação de partes constituintes (frases, palavras, fonemas) selecionadas no *repertório* de todas as partes constituintes possíveis (código)” (ibid.).

Se tomamos esse texto ao pé da letra, poderíamos supor que do *fonema* ao *discurso* estamos em presença de signos lin-

gústicos cuja dimensão aumenta mas que permanecem ligados à mesma regra de combinação. Se assim fosse, seria impossível definir o contexto de uma substituição, por não conhecermos a dimensão do signo na qual convém parar. [21]

Esta dificuldade é superada com a condição de se reconhecer um estatuto bem particular para a frase: o da fronteira que separa a linguística da teoria do discurso. Benveniste fornece sobre este ponto precisões importantes:

“Com a frase, um limite é transposto, nós entramos em um novo domínio... Nós podemos segmentar a frase, nós não podemos empregá-la para integrar... Pelo fato de que a frase não constitui uma classe de unidades distintivas, que seriam membros virtuais de unidades superiores, como o são os fonemas ou os morfemas, ela se distingue fundamentalmente das outras unidades linguísticas. O fundamento desta diferença é que a frase contém signos, mas não é ela mesma um signo” (Benveniste, 1966, p.128).

Empregaremos por nossa conta o termo *enunciado* para distinguir a frase elementar enquanto objeto único sobre o qual opera o mecanismo do discurso. Resulta do que precede que não há relações de combinação/substituição entre os enunciados que permitam construir a partir deles o discurso como unidade superior, pois o enunciado já é da ordem do discurso:

“A frase pertence ao discurso, escreve ainda Benveniste; é por isto mesmo que a podemos definir: a frase é a unidade do discurso” (Benveniste, *ibid.*, p.130).

Em outros termos, uma substituição tem sempre por contexto o *enunciado*, considerado como combinação-substituição de lexemas, ao passo que não podemos dizer que um enunciado tenha um contexto, no mesmo sentido da palavra, pois os enunciados podem ser ligados por uma relação de dependência funcional, o que significa que a contigüidade sintagmática entre os elementos — princípio fundamental da análise linguística do signo em seus diversos níveis — cede o passo à ligação funcional

lógico-retórica, que não é mais restrita à conexão: dois enunciados podem estar em relação funcional através de um espaço discursivo neutro face a esta relação.

Vemos, então, que nosso problema se apresenta como sendo o de saber pôr em relação as propriedades internas dos enunciados (como combinação de signos) e suas propriedades externas (como elementos funcionais no discurso), a fim de determinar os casos em que a interpretação *semântica* — no sentido que a lógica dá a esta expressão — é idêntica para dois enunciados dados. Estabeleçemos que, para que haja efeito metarético entre dois termos x e y pertencentes a dois enunciados E_a e E_b , eles mesmos respectivamente situados em dois discursos D_{xi} e D_{xj} representativos de um mesmo Δ_r , é preciso que E_a e E_b tenham uma interpretação *semântica idêntica*, o que notaremos como

$$j(E_a) = j(E_b)$$

isto é:

a) que os elementos de E_a e E_b forneçam um contexto comum de substituição para x e y , condição a que chamaremos “condição de proximidade paradigmática” entre E_a e E_b .

b) que os enunciados E_a e E_b tenham uma *posição funcional* idêntica frente aos dois enunciados E_c e E_d pertencentes respectivamente a D_{xi} e D_{xj} e tendo eles mesmos uma interpretação *semântica idêntica* ou seja

$$j(E_c) = j(E_d)^{28}$$

Ilustremos o que precede com um exemplo. Sejam os seguintes enunciados:

$E_1 = E'_1$ 1 = o xerife avançava prudentemente em direção ao saloon

$E_2 = E'_2$ 2 = a tempestade rboombava

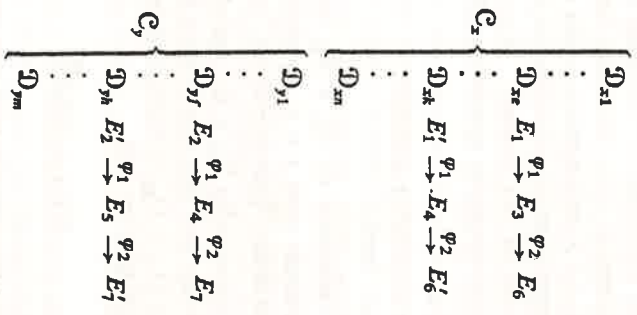
$E_3 = E'_3$ * atravessou a noite

$E_4 = E'_4$ = um clarão atravessou a noite

$E_5 = E'_5$ = um raio atravessou a noite

* N.T.: Em francês temos “comp de feu” o que permite a aproximação entre “éclair” (clarão e raio) e “foudre” (raio).

- $E_6 = E'_6 =$ a bala o roçou
- $E_7 = E'_7 =$ a granja estava em chamas
- Sejam os operadores inter-enunciados seguintes:
 - $\varphi_1 =$ "de repente" (relação temporal entre um enunciado-estado e um enunciado-acontecimento).
 - $\varphi_2 =$ " : " (relação explicativa).
- Sejam dois processos de produção I_x e I_y tais que



Coloquemos enfim as equivalências de interpretação semântica seguintes, das quais se supõe que tenham sido obtidas por uma fase anterior da análise:

- $j(E_1) = j(E'_1)$
- $j(E_6) = j(E'_6)$
- $j(E_2) = j(E'_2)$
- $j(E_7) = j(E'_7)$

Vemos, inicialmente, que E_3, E_4, E_5 preenchem uns em relação aos outros a "condição de proximidade paradigmática" pois os termos:

- um tiro
- um clarão
- o raio

são substituíveis no contexto "atravessou a noite".

Por outro lado, E_3 e E_4 têm uma interpretação semântica idêntica em C_x , em razão de $j(E_3) = j(E_4)$. Resulta daí o efeito metafórico M_1 em C_x :

$M_1 =$
um clarão .
um tiro

Da mesma maneira, E_4 e E_5 têm uma interpretação semântica idêntica em C_y , em razão de $j(E_4) = j(E_5)$. Resulta daí o efeito metafórico M_2 em C_y :

$M_2 =$
um clarão
o raio

Deve-se notar que as relações de interpretação semânticas não são transitivas porque

$$\begin{array}{l}
 j(E_3) = j(E_4) \\
 \text{e} \\
 j(E_4) = j(E_5)
 \end{array}
 \quad \text{não implicam} \quad
 \begin{array}{l}
 j(E_3) = j(E_5)
 \end{array}$$

Com efeito, a aplicação das regras de interpretação enunciadas acima coloca em evidência que $j(E_3) \neq j(E_5)$, pois a "condição de proximidade paradigmática" entre E_3 e E_5 está preenchida mas não a condição de identidade das posições funcionais. Com efeito, $j(E_1) \neq j(E_2)$ e $j(E_6) \neq j(E_7)$.

Resta enfim expor o que entendemos por *efeito de dominância* no interior da produção de uma sequência discursiva dada; até aqui, nós raciocinamos nos seguintes termos: "Dado um estado I_x , de que modo determinar Δ_x pela análise de um conjunto de discursos que o representam?". Isto suporia que ca-

da elemento da superfície discursiva remete necessariamente a A_1 , com uma necessidade igual, e logo que todos os discursos correspondentes ao mesmo estado de produção são estritamente paralelos, isto é, absolutamente isomorfos, considerados os efeitos metafóricos que os diferenciam.

Ora, aí está, como vimos, uma eventualidade altamente improvável: o paralelismo é paulatinamente rompido pelas distorções "individuais" do discurso, que parece assim "escapar" ao processo de produção, por uma "criação infinita" uma "variedade sem limites" que seria o próprio da fala.²⁹ [22]

Pensamos que é possível dar conta deste fenômeno sem abandonar nossos pressupostos teóricos anteriores, baseados na *determinação* do processo discursivo pelas suas condições de produção e na recusa da noção ideológica da "criação infinita". Introduziremos nesse ponto o conceito de *dominância*, especificando que toda situação de produção do discurso pode ser caracterizada pelo *processo de produção dominante* A_1 que ela induz, mas que as *seqüências discursivas concretas* que manifestam A_1 resultam necessariamente da interação do processo dominante com os *processos secundários*, cujo encaivalamento produz toda a aparência do aleatório, do infinitamente improvável, face à ignorância total em que ainda estamos atualmente no que concerne aos mecanismos desta interação.

Estamos, agora, em condição de formular mais corretamente nosso objetivo atual, dizendo: dado um estado dominante das condições de produção do discurso, a ele corresponde um processo de produção dominante que se pode colocar em evidência pela confrontação das diferentes superfícies discursivas empíricas provenientes desse mesmo estado dominante: os pontos de recorte definidos pelos efeitos metafóricos permitirão assim extrair os *domínios semânticos* determinados pelo processo dominante, e as *relações de dependência lógico-retórica* implícitas entre esses domínios, sendo que o resto do material discursivo empiricamente encontrado fica fora do limite da zona de pertinência do processo dominante.

Isso supõe, vamos repetir, que *um discurso não apresenta*, na sua materialidade textual, *uma unidade orgânica em um só nível* que se poderia colocar em evidência a partir do próprio

discurso, mas que toda forma discursiva particular remete necessariamente à série de formas possíveis, e que essas remissões da superfície de cada discurso às superfícies possíveis que lhe são (em parte) justapostas na operação de análise, constituem justamente os *sintomas pertinentes* do processo de produção dominante que rege o discurso submetido à análise.

Metáfora